

COLONIALISMO DIGITAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA DEPENDÊNCIA CONTEMPORÂNEA

DIGITAL COLONIALISM: CONSIDERATIONS OF ONE CONTEMPORARY DEPENDENCE

COLONIALISMO DIGITAL: CONSIDERACIONES SOBRE UNA DEPENDENCIA CONTEMPORÁNEA

Mariana Campos Caldeira¹
Ramon Andreazza Clemente Mateo²

RESUMO: O presente artigo busca analisar o colonialismo digital como uma nova forma de imperialismo que utiliza países do Sul Global em suas práticas por meio de novas tecnologias, se apossando não só da mão de obra disponível e dos recursos minerais; mas também de dados pessoais em busca da criação de valor. Dentro do desenvolvimento da acumulação primitiva de dados e do fenômeno da mercantilização digital, tais empresas inviabilizam o desenvolvimento de tecnologias próprias através de métodos que barram qualquer concorrência. Analizando o caso das limitações impostas pelo Google no armazenamento do “Google Workspace for Education” nas Universidades brasileiras a partir de 2021, tentaremos elucidar a dependência nacional de plataformas globais de tecnologia mesmo em ambientes em que se busca o desenvolvimento de novas práticas e possibilidades. A contribuição de Deivison Faustino e Walter Lippold na obra “Colonialismo digital – Por uma crítica hacker-fanoniana” dará o tom para elucidar as novas relações coloniais e fundamentar a necessidade de um desenvolvimento tecnológico aliado a práxis revolucionária para o acender de um pensamento crítico e uma nova e efetiva independência.

Palavras-chave: Colonialismo digital. Google Workspace for Education. Soberania digital.

ABSTRACT: This article seeks to analyze digital colonialism as a new form of imperialism that uses countries from the Global South in its practices through new technologies, taking possession not only of available labor and mineral resources; but also personal data in search of value creation. Within the development of primitive data accumulation and the phenomenon of digital commodification, such companies make the development of their own technologies unfeasible through methods that prevent any competition. Analyzing the case of the limitations imposed by Google on the storage of “Google Workspace for Education” in Brazilian Universities from 2021 onwards, we will try to elucidate the national dependence on global technology platforms even in environments where theoretically there should be the development of new practices and possibilities. The contribution of Deivison Faustino and Walter Lippold in the work “Digital colonialism – For a hacker-Fanonian critique” will set the tone to elucidate new colonial relations and substantiate the need for technological development combined with revolutionary praxis to spark critical thinking and new and effective independence.

Keywords: Digital colonialism. Google Workspace for Education. Digital sovereignty.

¹Mestranda em Filosofia do Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; especialista em Direito Penal (2023) e Processual Penal (2015), pela Escola Paulista de Magistratura e criminóloga pelo INTROCRIM/CEI (2023); graduada em Direito, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2013). Membro do grupo de pesquisa "Sistema de Justiça e Estado de Exceção" pela PUC - SP. Feminista e ativista pelos direitos humanos e comunidade LGBTQIA+. Assistente jurídico no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2368186621905827>.

²Mestrando em Filosofia do Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; especialista em Direito Público (2024); graduado em Direito (2020) pela mesma Instituição. Advogado e Professor de Filosofia do Direito e Direitos Humanos na Universidade Metropolitana de Santos. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5712919579178177>.

RESUMEN: Este artículo busca analizar el colonialismo digital como una nueva forma de imperialismo que utiliza en sus prácticas a los países del Sur Global a través de nuevas tecnologías, apoderándose no solo de la mano de obra y los recursos minerales disponibles; pero también datos personales en busca de creación de valor. En el marco del desarrollo de la acumulación primitiva de datos y del fenómeno de la mercantilización digital, estas empresas hacen inviable el desarrollo de sus propias tecnologías mediante métodos que impiden cualquier competencia. Analizando el caso de las limitaciones impuestas por Google al almacenamiento de “Google Workspace for Education” en las universidades brasileñas a partir de 2021, intentaremos dilucidar la dependencia nacional de las plataformas tecnológicas globales incluso en entornos donde teóricamente debería haber desarrollo de nuevas prácticas y posibilidades. La contribución de Deivison Faustino y Walter Lippold en la obra “Colonialismo digital – Para una crítica hacker-fanoniana” marcará la pauta para dilucidar nuevas relaciones coloniales y fundamentar la necesidad de un desarrollo tecnológico combinado con una praxis revolucionaria para generar un pensamiento crítico y nuevas y efectivas independencias.

Palabras clave: Colonialismo digital. Espacio de trabajo de Google para la educación. Tecnológica. Soberanía digital.

INTRODUÇÃO

O colonialismo digital, embora conectado a estruturas opressivas históricas como o imperialismo, configura-se como uma manifestação contemporânea distinta, enraizada na dominação tecnológica e na mercantilização de dados. Essa nova forma de subjugação se perpetua especialmente no Sul Global, onde condições históricas e dinâmicas atuais alimentam a exclusão e a dependência tecnológica. Neste fenômeno, os fluxos de poder não são mais delimitados por fronteiras físicas, mas pela arquitetura invisível de algoritmos, servidores e plataformas.

392

A globalização e o avanço tecnológico não apenas remodelaram os instrumentos de dominação, mas também sofisticaram os mecanismos de dependência. Grandes corporações como *Google*, *Meta* e *Amazon* não recorrem mais à coerção explícita, mas utilizam o discurso da neutralidade tecnológica para ocultar as dinâmicas de exploração, perpetuando uma lógica de poder que, embora disfarçada, continua a reproduzir as assimetrias entre o Norte e o Sul Global.

Se outrora o colonialismo era praticado pelo Estado-nação em nome de seus interesses, hoje é conduzido por corporações transnacionais. O Sul Global torna-se um paraíso para as *big techs*, não apenas como mercado consumidor e fonte de mão de obra precarizada, mas também por sua riqueza em recursos naturais estratégicos. De início, frisamos que a dependência tecnológica é inseparável da apropriação dos territórios materiais e digitais. A Venezuela, maior produtora de petróleo, e o "triângulo do lítio" composto por Chile, Argentina e Bolívia,

exemplificam essa relação, pois insumos essenciais à infraestrutura tecnológica que sustenta o chamado Primeiro Mundo são palcos constantes de disputas ideológicas e ameaças de guerra.

As empresas que detêm o controle de plataformas essenciais para a vida contemporânea, como serviços de comunicação, armazenamento de dados e até mesmo educação, criam uma dependência global de suas infraestruturas e diferente dos impérios coloniais do passado, que se baseavam na conquista física de territórios, o imperialismo moderno é exercido por grandes corporações transnacionais, cujas práticas são sustentadas pela lógica do capital financeiro e da inovação tecnológica.

Ao monopolizarem setores cruciais como comunicação, armazenamento de dados e educação, essas empresas tornam-se arquitetas de uma nova ordem global, na qual a autonomia dos países é limitada pelas regras de acesso às suas infraestruturas. Enquanto isso, os indivíduos, sob vigilância contínua, se tornam a principal mercadoria. Como os lucros dessas corporações atingem níveis exorbitantes? A resposta encontra-se na exploração dos nossos dados, experiências e desejos, que são transformados em produtos altamente rentáveis.

Na tradição marxista, o conceito de "mais-valor" explica como a burguesia extrai lucros através do trabalho excedente do proletariado (MARX, 2023). De maneira sucinta, dentro da teoria do valor-trabalho, o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la, sendo que o lucro do capitalista é dado pelo trabalho excedente do trabalhador, que cria valor adicional e é dele expropriado. Apesar da aparente ausência de custo nos serviços digitais, as big techs recriam a lógica da exploração de forma renovada: extraem mais-valor a partir da coleta de dados pessoais, precarizam trabalhadores em economias periféricas e monopolizam o desenvolvimento tecnológico. O usuário, alienado desse processo, é capturado por um novo fetichismo da mercadoria. A tecnologia, produto do trabalho humano, é apresentada como algo autônomo, como se os algoritmos e as plataformas tivessem valor intrínseco.

393

Este trabalho se debruça sobre uma manifestação específica dessa dominação: a plataforma *Google Workspace for Education*. Inicialmente oferecida gratuitamente às instituições de ensino, sua mudança política em 2022 revelou a profunda dependência tecnológica das universidades. Essa dependência obscurece os riscos associados à perda de autonomia institucional e à mercantilização tanto dos dados pessoais quanto do conhecimento humano.

A análise será fundamentada por referências como “*Colonialismo digital – Por uma crítica hacker-fanoniana*”, de Deivison Faustino e Walter Lippold, que nos oferece uma base teórica

para compreender as novas formas de colonialismo digital, alinhadas à dominação econômica e ideológica. Articularemos também as contribuições de Alysson Mascaro e Kwame Nkrumah, cujas obras são fundamentais para uma crítica ao capitalismo contemporâneo.

Inicialmente, exploraremos as categorias clássicas de colonialismo, neocolonialismo e imperialismo, para então introduzir o conceito de colonialismo digital e suas relações com o caso estudado. Contudo, nossa intenção não é apenas compreender esse fenômeno, mas construir bases para resistir e propor alternativas; apostando na criação de práticas tecnológicas autônomas e emancipadoras, capazes de reposicionar o Sul Global em uma trajetória de soberania e inovação genuína.

NOVAS FORMAS, ANTIGAS DOMINAÇÕES

As categorias "imperialismo", "colonialismo" e "neocolonialismo", que moldaram debates acadêmicos e revolucionários ao longo dos séculos, permanecem fundamentais para a compreensão das dinâmicas de dominação no mundo contemporâneo. Embora muitos as considerem ultrapassadas, especialmente em razão das promessas ilusórias da globalização e do fim da colonização, afirmamos que a essência do sistema de exploração capitalista persiste. Suas formas de manifestação mudaram qualitativamente, mas os fundamentos estruturais da subjugação e da dependência continuam a se reproduzir de maneira sofisticada e adaptada às condições históricas do século XXI.

No início do sistema colonial, nos séculos XV e XVI, as grandes navegações europeias foram impulsionadas pela necessidade de matérias-primas, indispensáveis para a produção dos bens que sustentavam as economias emergentes das metrópoles. A conquista territorial e a transformação de vastos espaços em colônias exploratórias permitiram não apenas o acúmulo originário de capital – base essencial para a consolidação do capitalismo industrial europeu –, mas também a imposição de um modo de produção capitalista em territórios até então regidos por outras lógicas. Este período foi crucial para consolidar a lógica expropriadora e expansionista que caracteriza o capitalismo desde suas origens.

Já nos séculos XIX e XX, a expansão capitalista se reorganizou em função de novas necessidades impostas por sua dinâmica interna. Não bastava mais às potências coloniais extrair matérias-primas; era preciso transformar as colônias em mercados consumidores e reconfigurar suas economias para atender às novas demandas da industrialização global. Nesse contexto, o trabalho escravizado, que fora central para a acumulação de riqueza no

período colonial, tornou-se um obstáculo à ampliação dos mercados. O fim da escravização, frequentemente apresentado como fruto de um humanismo iluminista, foi, na verdade, uma necessidade estrutural do capital. O trabalho "livre" assalariado permitiu não apenas a extração do mais-valor, mas também a expansão dos mercados consumidores e o aumento da produtividade, garantindo a reprodução ampliada do capital.

Essa transição, no entanto, não eliminou a exploração. A lógica de subjugação permaneceu intacta, ainda que adaptada. O neocolonialismo surge como uma extensão do colonialismo, agora sustentado por mecanismos mais sofisticados de controle, como a dependência econômica, financeira e cultural (NKRUMAH, 2021). No Brasil, por exemplo, a continuidade da dominação se deu pela manutenção de uma economia primário-exportadora, centrada em *commodities* demandadas pelas potências industriais do Norte Global. Esse sistema foi reforçado por instituições financeiras internacionais, corporações multinacionais e acordos comerciais que perpetuaram a subordinação das economias periféricas às necessidades do capital central.

Dentro dessa lógica de transformação histórica, o conceito de imperialismo, formulado por Lenin, revela-se central. Em *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (2021), Lenin descreve o imperialismo como uma etapa inevitável do desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista. A tendência à concentração e centralização do capital, observada por Marx (2023), culmina no surgimento de grandes monopólios e na eliminação da concorrência. Para Lenin, o imperialismo não é apenas uma política de expansão territorial, mas uma estrutura global que integra o capital bancário e industrial em uma aliança que dá origem ao capital financeiro, acompanhado por oligarquias financeiras. Este sistema global de dependência econômica impede deliberadamente o desenvolvimento autônomo dos países periféricos, consolidando um fluxo unidirecional de riqueza e poder para os países centrais.

O imperialismo, portanto, é inseparável da lógica monopolista do capital, que se apropria não apenas de recursos materiais, mas também das condições de produção, distribuição e reprodução social. Essa estrutura, forjada ao longo do século XX, cria as condições para o surgimento de novas formas de dominação no século XXI, como o colonialismo digital.

O colonialismo digital representa uma transformação qualitativa na forma de exploração, onde o controle territorial e a apropriação de matérias-primas dão lugar à extração de dados, ao controle das infraestruturas digitais e ao domínio dos fluxos de informação. A

consolidação de plataformas tecnológicas como Google, Meta e Amazon não apenas redefine as relações de poder globais, mas cria novas formas de dependência, perpetuando as estruturas de exploração em uma escala sem precedentes.

Esclarecidos brevemente os conceitos de colonialismo, neocolonialismo e imperialismo, avançaremos agora para a análise do colonialismo digital. Embora suas origens remontem a períodos anteriores, é no século XXI que ele encontra as condições ideais para sua consolidação. Trata-se de um fenômeno que se ancora em relações econômicas profundamente assimétricas, mas que se apresenta sob o véu da neutralidade tecnológica e da inovação.

O COLONIALISMO DIGITAL.

Uma das características central do capitalismo, enquanto modo de produção, reside em sua inesgotável capacidade de adaptação, expansão e reconfiguração. Sua lógica intrínseca de autovalorização do valor, exige a constante criação de novas mercadorias e territórios que sustentem sua reprodução ampliada. Em cada momento histórico, o capital encontrou um *locus* privilegiado para suas operações: mercados urbanos, centros financeiros, grandes cidades. Contudo, na contemporaneidade, as barreiras físicas foram dissolvidas pela revolução tecnológica, que criou um espaço virtual sem precedentes – a internet. Este novo *locus*, desprovido de fronteiras materiais, conecta uma vasta população global, apta a celebrar contratos e a consumir mercadorias virtualizadas.

De forma brilhante e contundente, os autores Deivison Faustino e Walter Lippold, elucidam em seu livro “*Colonialismo Digital – Por uma crítica hacker-fanoniana*”, que a internet não é apenas um espaço de interação social; mas hoje tornou-se a principal arena da reprodução capitalista. Na esfera digital, a sociedade é projetada de forma desterritorializada, mas não menos material. A infraestrutura que sustenta essa projeção, por mais intangível que pareça, depende de locais, recursos e redes físicas que, paradoxalmente, são invisibilizados para os usuários.

Como bem apontam os autores, a lógica do capital, em sua forma contemporânea, subsumiu a internet, transformando-a em um gigantesco mercado global. Aqui, tudo se torna mercadoria: ideias, imagens, crenças, relações sociais, dados pessoais, e até mesmo o próprio tempo de vida humana. O colonialismo e o imperialismo não foram superados; pelo contrário, foram aperfeiçoados e reconfigurados, agora operando com novas ferramentas de dominação.

O capitalismo digital estabeleceu o ambiente cibernetico como espaço privilegiado de exploração. Assim como o colonialismo clássico dependia da ocupação de terras e da extração de recursos naturais, o colonialismo digital sustenta-se na coleta e mercantilização de dados pessoais e comportamentais. Dados se tornaram o “ouro negro” do século XXI, viabilizando novas formas de acumulação que perpetuam desigualdades históricas.

Neste cenário, os processos de apropriação digital revelam contradições alarmantes. A monopolização de setores estratégicos por big techs – como Google, Meta e Amazon – assegura o controle de aplicativos, infraestrutura em nuvem e dados, intensificando a exploração do trabalho humano de maneira inédita. Ao analisar este fenômeno, Faustino e Lippold introduzem o conceito de “acumulação primitiva de dados”, conectando o capitalismo digital às raízes históricas do capitalismo descritas por Marx.

Karl Marx, em *O Capital* (2023), descreveu a acumulação primitiva como o processo violento que separou dos produtores diretos dos meios de produção, criando as condições para o surgimento da classe despossuída, do proletariado. O processo forçou os trabalhadores não só a deixar toda sua construção social para trás, mas também a depender diretamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Aliado a colonização, escravização e pilhagem, a acumulação primitiva consistiu na pré-condição de existência do capitalismo e criou as bases materiais para a divisão de classes típica do capitalismo.

No colonialismo digital, esse processo se traduz na apropriação de dados pelos grandes monopólios tecnológicos. Dados pessoais, que deveriam pertencer aos indivíduos, são extraídos, transformados em mercadoria e vendidos sem consentimento explícito. O usuário, inconscientemente, torna-se um trabalhador não remunerado, alimentando uma máquina de exploração contínua.

A opacidade dos processos de coleta e utilização de dados é outro pilar do colonialismo digital. Informações cruciais sobre geolocalização, comportamento online e até mesmo interações interpessoais são extraídas sem transparência. Além disso, esses dados não servem apenas para o marketing segmentado; já foram amplamente utilizados para influenciar processos políticos³, como eleições, configurando uma nova forma de manipulação ideológica.

³ Em 2018 foi descoberto que informações contidas no Facebook foram utilizadas sem consentimento pela empresa Cambridge Analytica para a feitura de propaganda política. Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml>. Acesso em: 28/08/2024.

A realidade digital, moldada por algoritmos, é o novo campo de batalha onde hegemonias culturais e políticas são impostas.

Essa dominação transcende o controle econômico, adentrando o domínio da subjetividade humana. A dependência de tecnologias estrangeiras impõe uma forma sofisticada de controle social, apagando narrativas locais e sufocando alternativas culturais. A censura, que outrora queimava livros em praças públicas, agora opera silenciosamente, apagando algoritmos e suprimindo conteúdos online. Até a memória coletiva está à mercê do capital.

Quanto à colonização subjetiva, é fato que a indústria cultural há muito se socorre de músicas e do cinema para formar um público homogeneizado culturalmente e ideologicamente favorável a pautas que lhe são interessantes; mas com o alcance impulsionado pelos algoritmos e a sólida utilização de robôs isso se dá de maneira ampliada, dada a projeção de seu raio de atuação⁴.

Mas o colonialismo digital não se limita ao ambiente cibernetico. Ele está profundamente conectado à exploração dos recursos materiais e humanos do Sul Global. A demanda por minerais raros, como lítio e cobalto, intensifica a destruição ambiental e perpetua condições de trabalho precárias nos países periféricos. Assim, o sistema reproduz as hierarquias históricas do colonialismo clássico, mantendo os povos do Sul Global na posição de fornecedores de matéria-prima e força de trabalho barata.

A crítica ao colonialismo digital também exige a análise do papel do Estado. Como argumenta Alysson Mascaro em *Estado e Forma Política*, o Estado não é neutro no capitalismo; é um agente ativo na garantia das condições necessárias à acumulação de capital. No caso das big techs, os Estados centrais financiam pesquisas, protegem direitos de propriedade intelectual, ameaçam, invadem e financiam violência em países possuidores de minérios e negociam acordos comerciais que favorecem as corporações tecnológicas. Assim, mesmo quando os monopólios aparentam ser privados, sua expansão está intrinsecamente ligada ao poder estatal.

Ao final desta reflexão, a conexão entre Estado, capital e colonialismo digital torna-se evidente. A tecnologia, que poderia ser ferramenta de emancipação, foi apropriada como

⁴ Em 2024, a utilização de bots como ouvintes fantasma para aumentar o número de vezes que a música foi ouvida ficou conhecido como “A máfia do Spotify”. Notícia disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/musica/mafia-do-spotify-quanto-os-artistas-pagam-para-ter-musicas-no-topo>. Acesso em 28/08/2024.

instrumento de dominação e agora buscaremos trazer um exemplo recente de dominação, ocorrido no Brasil, que além de mostrar o fenômeno, evidenciou a urgência da construção de uma ciência emancipadora, nacional e soberana.

SOBRE O “GOOGLE WORKSPACE FOR EDUCATION”.

A plataforma “Google Workspace for Education”, anteriormente denominada “Google Apps for Education”, representa um exemplo paradigmático da lógica expansiva do capitalismo digital e de sua capacidade de colonizar territórios materiais e simbólicos. Criada em 2006 pelo Google, a plataforma foi apresentada como uma solução para otimizar o ambiente educacional, oferecendo ferramentas de produtividade e colaboração voltadas às demandas de estudantes e professores, incluindo serviços ligados ao Google como *Gmail*, *Google Calendar* e *Google Docs*.

Segundo a empresa, a iniciativa pretendia aprimorar o ensino e aumentar a produtividade dos alunos; disponibilizando uma plataforma adaptada às necessidades estudantis, com vistas a criar um aprendizado dinâmico e eficiente para todos aqueles a utilizavam. Contudo, por trás da retórica de inovação e acesso universal, esconde-se uma dinâmica estrutural de dependência tecnológica e exploração econômica, que alinha as instituições de ensino às necessidades de acumulação do capital monopolista.

No Brasil, a adoção das ferramentas do Google foi facilitada pela promessa sedutora de gratuidade, especialmente em um contexto de precarização estrutural da educação pública. Universidades brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), encontraram na plataforma uma alternativa de modernização tecnológica sem custos adicionais aparentes, em meio a cortes orçamentários e à negligência estatal. A oferta de armazenamento ilimitado, a ampla integração de ferramentas Google em 2014 e o diferencial competitivo se mostraram um alívio para os gestores e alunos em face do volume crescente de dados acadêmicos, trabalhos de pesquisa e a possibilidade de gravação de aulas, reuniões no ambiente digital que seriam acessíveis de qualquer lugar, no entanto, acabou por consolidar a dependência de instituições públicas à infraestrutura digital estrangeira, que, em última instância, se tornaria um instrumento de controle.

A adesão ao serviço era simplificada, com o preenchimento de formulário de inscrição e após ter sua elegibilidade validada (no Brasil, isso significava que a universidade deveria ser uma instituição de ensino superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação ou outra autoridade educacional competente), bastaria a universidade configurar o domínio a ser utilizado e pronto, o serviço estava pronto para o uso e integração. Importante frisar que o Google ainda oferecia treinamento e recursos de capacitação para professores e administradores; com tutoriais, guias e outros materiais de suporte, além de poder solicitar assistência técnica se necessário.

O impacto da pandemia de COVID-19 em 2020 intensificou essa dependência, pois o ensino remoto emergencial exigiu soluções rápidas e acessíveis para a continuidade das atividades acadêmicas. Nesse cenário, a plataforma do Google se tornou essencial, ampliando ainda mais sua influência sobre a produção e reprodução do saber no Brasil. No entanto, a "generosidade" inicial revelou-se transitória: em 2021, após renomear o sistema de *G Suite For Education* para *Google Workspace for Education* a empresa anunciou mudanças estruturais no modelo de uso da plataforma, impondo limites de armazenamento e promovendo edições pagas, cujo custo escala de acordo com o número de usuários e funcionalidades avançadas.

Em julho de 2022⁵, o armazenamento que era ilimitado foi substituído por um sistema de cotas para todos os usuários da versão gratuita da plataforma; que variavam dependendo da versão que seria usada; sendo que a gratuita (*fundamentals*) possui, em 2024, armazenamento compartilhado de 100TB que deve ser distribuído entre todos os usuários da universidade (administradores, professores e alunos). Dentre as funcionalidades somente o básico é disponibilizado: *Gmail*, *Google Drive*, *Google Docs*, *Google Classroom*, *Google Meet*, entre outros, mas sem acesso a recursos avançados e com o limite de tamanho.

As edições pagas possuem níveis de preços e ferramentas, incluindo segurança, armazenamento individual, gravação de videochamadas, reuniões online sem limite de participantes. A segundo plano mais básico (*Standard*), por exemplo, custa em torno de U\$ 3,00 (três dólares) por usuário, ao ano⁶. Os preços são escaláveis, e variam dependendo do número total de usuários (professores, estudantes e funcionários) e do tipo de contrato negociado com o Google, mas é inegável que a mudança de modelo foi significativa para as

⁵ Anúncio oficial do Google sobre as mudanças nas políticas de armazenamento para a versão educacional, a partir de julho de 2022. Disponível em: <https://support.google.com/a/answer/10403871?hl=en> . Acesso em 27/08/2024.

⁶ Planos e preços disponíveis em <https://support.google.com/a/answer/14206754?hl=en> . Acesso em 29/08/2024.

universidades, especialmente aquelas que dependiam do armazenamento "ilimitado" anteriormente oferecido.

O encerramento do armazenamento ilimitado em 2022 forçou as universidades a realizar planejamentos emergenciais para evitar a perda de anos de pesquisa e dados acadêmicos. O movimento evidenciou a captura das instituições educacionais por um modelo econômico que não prioriza a emancipação do saber, mas sim sua mercantilização. As universidades públicas, que deveriam ser espaços de autonomia e crítica, tornaram-se reféns de decisões corporativas impostas de forma unilateral, expondo o caráter neocolonial das relações entre o capitalismo digital global e os países periféricos.

A lógica por trás dessa dinâmica se assemelha às antigas práticas coloniais. Assim como as potências imperiais impunham estruturas econômicas, políticas e culturais aos territórios colonizados, o Google, enquanto representante do poder corporativo tecnológico, exerce um controle hegemônico sobre a infraestrutura digital educacional. Não se trata apenas de um domínio sobre dados e fluxos de informação, mas de um condicionamento estrutural que perpetua as assimetrias entre os países do Norte Global, que detêm os meios tecnológicos, e os países do Sul Global, relegados a um papel de dependência e subordinação (CHUN, 2016).

Essa forma contemporânea de colonialismo digital não apenas reproduz desigualdades históricas, mas as aprofunda em um terreno onde o saber deveria ser libertador. Como aponta Darcy Ribeiro em *Universidade Necessária* (1969), o projeto universitário deve ser radicalmente emancipador, uma construção coletiva que priorize a autonomia do pensamento e a produção de um saber voltado às necessidades sociais. Entretanto, a dependência tecnológica de plataformas como o Google contraria esse horizonte, ao subordinar a ciência brasileira aos interesses de corporações estrangeiras.

Ao permitir que empresas estrangeiras mapeiem e administrem o desenvolvimento científico nacional, o Brasil cede soberania intelectual e tecnológica. Essa realidade denuncia a urgência de uma ciência autônoma, nacional e soberana, que não dependa de infraestruturas controladas por interesses externos. Como bem ensina Alysson Mascaro, em *Estado e forma política* (2013), o Estado capitalista não é neutro; ele é o garantidor das condições que perpetuam a acumulação e a dominação. Portanto, cabe à universidade brasileira se insurgir contra essa lógica colonial e reafirmar sua centralidade como espaço de resistência e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do colonialismo digital clarifica as intrincadas dinâmicas de poder que configuram o ambiente tecnológico contemporâneo, particularmente nos países do Sul Global. Trata-se de uma nova forma de colonialidade, enraizada não apenas na expropriação material, mas também na captura das subjetividades e da própria produção do saber. Se outrora nossos antepassados entregaram riquezas minerais em troca de espelhos ou aceitaram a narrativa da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo para justificar sua dependência econômica, hoje enfrentamos um cenário onde o consentimento à subordinação tecnológica é moldado por promessas de modernidade e inovação. Porém, o conhecimento de nossa história e a urgência do presente nos convocam a desmascarar tais promessas.

A dependência das universidades brasileiras a plataformas como o Google Workspace for Education expõe uma lógica de subordinação que, sob o véu da gratuidade e da acessibilidade, submete nossas instituições de ensino a formas contemporâneas de controle e exploração. Não se trata apenas de uma questão técnica ou administrativa, mas de um reflexo de uma mentalidade colonizada que perpetua a alienação e a desigualdade. É a reprodução do colonialismo travestido de neutralidade tecnológica, comprometendo não apenas a autonomia universitária, mas também a possibilidade de construção de um saber genuinamente emancipatório.

Deivison Faustino e Walter Lippold, em sua obra sobre colonialismo digital, demonstram como a dominação tecnológica transcende a dimensão econômica e adentra os terrenos da ideologia e da subjetividade. A mercantilização da vida, conduzida pela manipulação cognitiva, reconfigura as estruturas do poder de modo que o próprio colonizado se torna defensor de sua opressão. Essa colonização da subjetividade bloqueia a capacidade de criar alternativas e de imaginar caminhos de libertação, impondo um horizonte limitado pelas correntes invisíveis da dependência.

A articulação teórica com o pensamento fanoniano, promovida pelos autores, é fundamental para compreender que a luta contra o colonialismo digital não pode se limitar a um enfrentamento dentro das regras impostas pelo colonizador. É preciso transgredir os limites dessas regras, forjar uma práxis revolucionária que subverta as bases da dependência e impulsionar a construção de políticas públicas autônomas, regulamentações soberanas e tecnologias que sirvam ao desenvolvimento social, e não ao lucro de corporações estrangeiras. A emancipação começa pela crítica radical das relações de poder que moldam o ambiente

digital e pela afirmação de um horizonte tecnológico guiado pela justiça social e pela autodeterminação.

Desconhecemos se já temos as condições plenas de produzir uma infraestrutura tecnológica verdadeiramente independente, mas sabemos das armadilhas que nos mantêm atados. E é urgente romper com essas amarras, denunciar a lógica colonial que nos subjuga e assumir a tarefa histórica de reconstruir nossa relação com a tecnologia. A soberania digital não é apenas um imperativo técnico ou econômico; é um passo necessário para a emancipação política, cultural e social, que somente será alcançada pela reafirmação de nossas potências criativas e pela construção de um projeto de futuro desvinculado das ordens colonialistas que até hoje nos aprisionam.

REFERÊNCIAS

- FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: Por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- FURNO, Juliane. **Imperialismo: Uma introdução econômica**. Rio de Janeiro: Da Vinci, 2023.
- FURNO, Juliane; ROSSI, Pedro. **Economia para transformação social: Pequeno manual para mudar o mundo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.
- HUN, Wendy Hui Kyong. **Control and Freedom: Power and Paranoia in the Age of Fiber Optics**. Cambridge: MIT Press, 2016.
- LENIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MARX, Karl. **O Capital (Livro 1)**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MASCARO, Alysson. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NKRUMAH, Kwame. **Rumo à libertação colonial**. São Paulo: Lavra a palavra, 2021.
- RIBEIRO, Darcy. **A Universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.